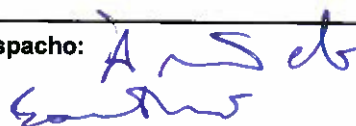



**12. MINUTA DO ADITAMENTO Nº. 1 AO CONTRATO DE EMPREITADA
– ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS – REQUALIFICAÇÃO 1ª.
FASE, CONTRATO Nº CPE.4.18.DMOSM:**

Submete-se para aprovação do Executivo Municipal a minuta de aditamento nº. 1, ao contrato de empreitada em epígrafe, minuta essa que se anexa.

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:**Remeta-se ao Sr. Presidente.****A Diretora da DMOSM,**
(Alzira Torres)

2018 10/21/7

Despacho:**O Presidente,**
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

18/17/18

Concurso Público: CPE.4.18.DMOSM**INFORMAÇÃO****- APROVAÇÃO DA MINUTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPREITADA -****Considerando que:**

- A Câmara Municipal de Braga, na sua deliberação de 25 de junho de 2018, aprovou, nos termos do disposto no artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*, a minuta do contrato de empreitada referente à **Escola Secundária de Maximinos - Requalificação 1.ª fase (Contrato n.º CPE.4.18.DMOSM)**, objeto do concurso público com a mesma referência;
- A referida minuta de contrato foi notificada ao empreiteiro adjudicatário, que a ela se não opôs, tendo sido, entretanto, celebrado o contrato de empreitada e instruído o requerimento da sua fiscalização prévia, dado o facto de, atento o valor contratual, estar a respetiva despesa sujeita a visto prévio pelo Tribunal de Contas;
- No decurso da instrução do requerimento de fiscalização prévia, constatou-se que existia um erro de escrito no instrumento contratual, dado que nele, por lapso, se mencionava, como freguesias onde se localiza a obra e decorrerão os trabalhos, as de Adaúfe e Palmeira, quando, na realidade, os trabalhos serão executados na **freguesia de Maximinos**, conforme indicado na cláusula 6.ª do Caderno de Encargo;

- d) Adicionalmente, uma vez que atento o valor do contrato, o mesmo não pode produzir qualquer efeito material ou financeiro prévio ao visto do Tribunal de Contas, justifica-se clarificar essa eficácia diferida, reformulando em conformidade a cláusula 19.º do contrato, dado que a formulação ali utilizada pode ser geradora de equívocos interpretativos.

Nestes termos, propõe-se:

A aprovação da minuta do Aditamento n.º 1 ao contrato de empreitada referente à ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS – REQUALIFICAÇÃO 1.ª FASE (CONTRATO N.º CPE.4.18.DMOSM), por via do qual se procederá à correção do lapso de escrita relativo à localização dos trabalhos e se clarificará, no Artigo 19.º, que o contrato somente produzirá efeitos com a emissão do visto prévio pelo Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 4 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam.

Braga, 17 de julho de 2018.

Pelos Serviços da DMOSM,



Manuela Araújo - Coordenadora Técnica

Anexa-se: Minuta do Aditamento

MINUTA / ADITAMENTO N.º 1**CONTRATO N.º CPE.4.18.DMOSM**

ENTRE,

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., com sede no Parque Industrial JFS, Rua do Portelo, Pavilhão 4, da União de Freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães, concelho de Braga, 4700-187 Parada de Tibães, pessoa coletiva n.º 506530817, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € 50.000,00, (cinquenta mil euros), aqui representada por **Maria José Ferreira da Silva**, na qualidade de administradora única, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o código de acesso n.º 7162-7384-1503, doravante identificado por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Os, aqui, outorgantes celebraram, em 5 de julho de 2018, o CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.4.18.DMOSM, que tem por objeto a «**ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS – REQUALIFICAÇÃO 1.ª FASE**», a executar nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes do **Concurso Público: CPE.4.18.DMOSM**, promovido pela Câmara Municipal de Braga;
- b) Os outorgantes constataram que, por lapso manifesto, o artigo 2.º do instrumento contratual identifica erroneamente as freguesias de Adaúfe e Palmeira, do concelho de Braga, como sendo o local da execução da obra quando, na verdade, os trabalhos serão executados na freguesia de Maximínos, conforme indicado na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos, lapso que pretendem corrigir;
- c) Adicionalmente, uma vez que atento o valor do contrato, o mesmo não pode produzir qualquer efeito material ou financeiro prévio ao visto do Tribunal de Contas, justifica-se clarificar essa eficácia diferida, reformulando em

conformidade a cláusula 19.º do contrato, dado que a formulação ali utilizada pode ser geradora de equívocos interpretativos; _____

_____ **Celebram o presente aditamento ao referido contrato de empreitada, que identificam como aditamento n.º 1, em conformidade com a deliberação da Câmara Municipal, de....., que aprovou a respetiva minuta, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:** _____

Artigo 1.º

(Objeto)

_____ 1. O artigo 2.º do contrato de empreitada n.º CPE.4.18.DMOSM é modificado nos termos seguintes: _____

_____ **«Os trabalhos de empreitada serão executados na freguesia de Maximinos, concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)»** _____

_____ 2. O artigo 19.º do contrato de empreitada n.º CPE.4.18.DMOSM é modificado nos termos seguintes: _____

_____ **«O presente contrato entra em vigor na data da notificação ao Dono da Obra da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 4 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam.»** _____

Artigo 2.º

(Aplicação subsidiária)

_____ Tudo o que não se encontra especialmente regulado pelo presente aditamento reger-se-á pela disciplina constante do contrato de empreitada n.º CPE.4.18.DMOSM. _____

Artigo 3.º

(Eficácia)

_____ Dada a sua natureza corretiva, o presente aditamento entra imediatamente em vigor, produzindo efeitos imediatos relativamente ao contrato de empreitada n.º CPE.4.18.DMOSM. _____

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

_____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o aditamento n.º 1 ao contrato de empreitada n.º CPE.4.18.DMOSM, feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes. _____

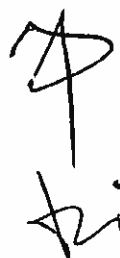
Braga,.....de julho de 2018.

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(Maria José Ferreira da Silva)

**CONTRATO N.º CPE.4.18.DMOSM**

ENTRE,

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: M. KAIROS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., com sede no Parque Industrial JFS, Rua do Portelo, Pavilhão 4, da União de Freguesias de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães, concelho de Braga, 4700-187 Parada de Tibães, pessoa coletiva n.º 506530817, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € 50.000,00, (cinquenta mil euros), aqui representada por **Maria José Ferrelira da Silva**, na qualidade de administradora única, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o código de acesso n.º 7162-7384-1503, doravante identificado por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por despacho do vice-presidente da Câmara, de 3 de abril de 2018, em substituição do presidente da Câmara, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, ratificado por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Braga, em reunião de 16 de abril de 2018, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.4.18.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;
- b) A rubrica orçamental, por onde será satisfeita a despesa resultante deste contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: 07/07010305, conforme cabimento n.º 27377, de 26/03/2018 e de compromisso n.º 32866, de 13/06/2018, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para os anos seguintes, conforme consta do referido compromisso, encontrando-se a respetiva assunção de compromisso plurianual autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão extraordinária de 29 de dezembro 2017.
- c) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por decisão do presidente da Câmara, de 18 de junho de 2018, ratificada por

deliberação da Câmara Municipal, de 25 de junho último, o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos;_____

- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos;_____

_____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"ESCOLA SECUNDÁRIA DE MAXIMINOS – REQUALIFICAÇÃO 1.º FASE"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos._____

_____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso._____

Artigo 2.º
(Local da obra)

_____Os trabalhos de empreitada serão executados nas freguesias de **Adaúte e Palmeira**, concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

_____O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 2.525.662,43 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois euros e quarenta e três cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor._____

Artigo 4.º

**(Condições de pagamento)**

____1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos._____

____2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, a emitir faturas eletrónicas._____

Artigo 5.º**(Revisão de preços)**

____1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula._____

____2. A revisão de preços obedece à fórmula expressamente indicada nas cláusulas gerais do caderno de encargos._____

____3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos._____

____4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais._____

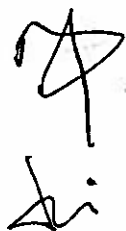
Artigo 6.º**(Prazo de execução da empreitada)**

____O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **450 (quatrocentos e cinquenta) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.º das cláusulas gerais do caderno de encargos._____

Artigo 7.º**(Cessão da posição contratual)**

____1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código._____

____2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro



DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. _____

____3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. _____

____4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. _____

____5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produz-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. _____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

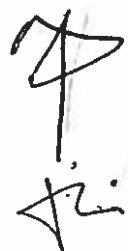
____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos. _____

Artigo 10.º

(Caução)

____1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de € 126.283,12 (cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e três euros e doze cêntimos) correspondente a 5% do preço contratual, mediante a garantia bancária n.º 40461, emitida em 26/06/2018, pelo Banco BANKINTER, S.A.-SUCURSAL EM PORTUGAL, arquivada no respetivo processo. _____



____2. Para reforço da caução, proceder-se-á retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 12.º
(Gestora do contrato)

____1. O dono da obra designa **Paula Cristina Montelro Álvares Pereira** como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir a gestora do contrato._____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**._____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@kairos.com.pt**;_____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido._____

____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Handwritten signature/initials.

Artigo 14.º

(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

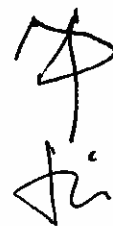
____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____



_____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

_____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

_____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

_____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

_____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

_____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

_____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º
(Foro competente)

_____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

_____ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

_____ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

_____ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____


Artigo 19.º
(Vigência)

_____ O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura. _____

_____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada um dos outorgantes. _____

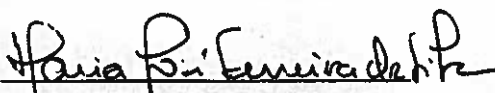
Braga, 5 de julho de 2018.

Pelo Dono da Obra,



(Ricardo Bruno Apolunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,



(Maria José Ferreira da Silva)